



## RESENHA

MATA, Inocência (coord.). *Discursos memorialistas africanos e a construção da História*. Lisboa, Macau: Colibri, Universidade de Macau, 2017.

### MEMÓRIA E COLONIALISMO

Mário César Lugarinho<sup>1</sup>

Em 2013, formou-se, por iniciativa de Inocência Mata e sob o abrigo do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, o grupo de estudos e investigação “O discurso memorialista e a construção da História”, cujo objetivo principal é questionar as memórias dos atores políticos nos processos históricos dos países africanos de língua portuguesa, durante os períodos colonial e pós-colonial, como “locais de construção da nação”. Com certo atraso, estudiosos das culturas, história e literaturas dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa debruçavam-se sobre uma forma discursiva que tomou a cena acadêmica desde os anos setenta e oitenta e que ainda subsiste em seu interior, já que a memória não se encontra assegurada de todo. Num mundo em que mídias diversas expõem e propagam continuamente as *fake news*, nunca foi tão importante e urgente a segurança da memória, a sua fixação, a sua propagação e a sua conservação. Das formas de fixação, propagação e conservação de memória, a escrita, certamente, foi a mais eficaz e duradoura.

No *Fedro*, Platão criticou severamente a escrita como forma de fixação da memória. Ele observou que a descaracterização do registro primitivo abria caminhos variantes para o enunciado do que se queria fixar, possibilitando uma interpretação particular de cada documento. A criação de sociedades baseadas na escrita não foi pacífica, já que, renunciando-se à presença física do sujeito da enunciação, acarretar-se-ia a degradação do enunciado – à introdução do recurso da escrita equivaleria perder a memória e a própria identidade, o que a civilização da polis exigia. O recurso da escrita, entretanto, solidificou a manutenção do Estado grego de forma que a civilização que com ela nasceu apoiou-se sobre bases, até então, pouco usuais e que consolidaram formas específicas de organização do poder. A conservação do texto escrito estabeleceu,

---

<sup>1</sup> USP - Universidade de São Paulo.



através de uma descontinuidade com a civilização que a antecedeu, uma nova temporalidade que dissolve a experiência anterior, de base oral, substitui a noção de integração do homem com seus mitos fundadores para uma integração deste homem ao seu texto escrito fundador. Em civilizações ágrafas, a identidade do homem é dada pelo texto da oralidade e se encontra viva no discurso dos indivíduos que guardam a Memória; na civilização da escrita, o que sucede é que o texto escrito é a rememoração de uma instância abstrata, um narrador, que exige de seu leitor a crença nos fatos enunciados pelo texto; desta forma, passa a haver não mais uma identificação, mas, sobretudo, um distanciamento, o primórdio da diferença, que dá condições para a enumeração de fatos e textos através da compreensão de um tempo que se apresenta linear e que, por fim, virá a fundar uma História.

Com a fundação da História, a Memória é excluída do tempo, converte-se em permanência, dada pelos arquivos físicos que estabelece. Exaltar a rememoração é não manifestar o interesse pelo passado, nem por uma exploração do tempo humano. Lá, entre os gregos, por exemplo, pouco antes da Grécia clássica, foi quando a memória deixou de organizar o Cosmos para se constituir na identidade do indivíduo, dando-lhe meios de escapar do tempo e sobreviver à destruição da morte.

O distanciamento entre a coisa narrada e o ouvinte/leitor, proporcionado pelo advento da escrita, sugere que se delegaria ao texto escrito um poder inédito, uma autoridade superior à oralidade que se decompunha por efeito do tempo. O texto escrito ganhará, portanto, o estatuto de permanência. Sua característica principal será a imposição da dupla origem do texto: nele haverá que se perseguir tanto o sujeito da enunciação quanto o sujeito do enunciado. Quando Walter Benjamin se referiu à decadência da narrativa e à assunção do romance, identificava a emergência de um sujeito instituído por uma individualidade descolada da comunidade e da cadeia de tradições, elementos fundamentais para uma memória coletiva. A emergência de memórias e autobiografias, de cunho literário, ao longo do século XIX, definem sobretudo a tentativa do sujeito, identificado como representação do indivíduo, de se instituir, ou se autorizar, como herói da sua própria narrativa, da sua vida pessoal, justificando suas ações e contradições pelo império de valores, tratados como morais e/ou superiores, mas que se submetem a uma lógica individual baseada em suas escolhas e decisões pessoais.

Essa reflexão é necessária quando a atenção se volta para a produção de escrita memorialística em sociedades cujas tradições se preservaram até muito recentemente por meio da oralidade, seja frente à descontinuidade que foi a intervenção colonial seja pela continuidade com suas tradições como instrumento de resistência ao colonialismo. Acrescente-se o fato de que são sociedades que foram abruptamente inseridas historicamente na modernidade. É preciso, então, que nos perguntemos se a emergência do memorialismo em países africanos derivaria da constituição de uma subjetividade moderna ou a emergência de uma subjetividade moderna impôs o surgimento desse tipo de escrita? A resposta a essas perguntas, certamente, será a mes-

ma, porque, em ambos os casos, a modernidade comparece, violentamente, impondo suas tecnologias que se sobrepõem a quaisquer tradições. Narrar a si, registrar a vivência, transformá-la em memória, é sobretudo um processo de afastamento da cadeia de tradições, por definição. A pergunta sobre a permanência da oralidade ou de uma reinvenção da função griótica deve, em suma, ser respondida pela observação da subjetividade que emerge nestes textos, não apenas pela imitação de técnicas, sob a pena de estarmos revendo apenas as lições sobre poesia e mascaramento de Ezra Pound.

Uma ressalva, ainda, deve-se ter em vista que a tradição crítica a respeito das culturas dos PALOPs insiste em estabelecer uma linha de continuidade entre o passado das sociedades tradicionais e o presente histórico, como se a instauração do estado nacional significasse uma restauração de formas anteriores ao colonialismo. Como se as discontinuidades históricas, aspecto caro a Michel Foucault, amparada pela longa duração que significou a profunda intervenção colonial, tivesse sido superada e efetivamente apagada pela independência, (re) constituindo um estado “edênico” anterior.

O conjunto de textos que se apresentam neste volume, organizado por Inocência Mata, é resultado de um seminário daquele grupo de estudos, ocorrido em 2016, na Universidade de Macau, e de atividades de investigação que não abriram mão de reconhecer o colonialismo como polo de atração de sentidos e como ruptura profunda e incontornável daquelas sociedades. Se por um lado, por exemplo, temos a memória do tráfico de escravos no espaço atlântico, trazido por Wladimir Zamparoni, temos, por outro, a memória de mulheres que lutaram na guerra de independência angolana, apresentada por Margarida Paredes. O primeiro trata de uma memória que se inscreve no cotidiano brasileiro, de forma visível, mas cujas raízes se perderam por efeito de um projeto de nação ainda calcado nas perspectivas coloniais; a proposta da segunda reconfigura o feminino num espaço bélico, tradicionalmente masculino, dado por uma modernidade que ultrapassa o colonialismo e que encontra raízes nos mitos e narrativas que envolvem Nzinga Mbandi, multifacetando o feminino em Angola. Para aqueles que se dedicam aos estudos africanos, sobretudo, esse volume impõe novas reflexões, novos objetos e novas perspectivas, ao propor não apenas um novo olhar para o passado, mas um outro olhar sobre o passado, um olhar que problematiza, sobretudo, a si mesmo.